

**Ilma. Senhora Oficiala do Registro de Imóveis da Comarca de Caeté/MG**

Nome: \_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, estado civil: \_\_\_\_\_, convive em união estável: ( ) Sim ( ) Não, profissão: \_\_\_\_\_, filiação: \_\_\_\_\_, e seu cônjuge \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, estado civil: \_\_\_\_\_, convive em união estável: ( ) Sim ( ) Não, profissão: \_\_\_\_\_, filiação: \_\_\_\_\_, residente(s) e domiciliados(as) na \_\_\_\_\_, número: \_\_\_\_\_, no bairro: \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, na qualidade de COMPRADOR(ES) do imóvel matriculado sob o nº \_\_\_\_\_ no Registro Geral deste Ofício, vem(vêm), nos termos do art. 290 da Lei Federal 6.015/1973, declarar que:

Opção	Declarações
	<p>(1) esta é sua primeira aquisição imobiliária;          (2) o imóvel é adquirido para fins residenciais; e          (3) a aquisição ocorre através de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação.  <u>Solicita(m), assim, a redução dos emolumentos</u> e da Taxa de Fiscalização Judiciária – TFJ devidos pelos atos necessários ao financiamento em 50% (cinquenta por cento).</p>
	<p>(1) não é sua primeira aquisição imobiliária; e/ou          (2) o imóvel não é adquirido para fins residenciais; e/ou          (3) a aquisição não ocorre através de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação.  <u>Declara(m), assim, que tem ciência de que não faz(em) jus a redução</u> dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária – TFJ devidos pelos atos necessários ao financiamento em 50% (cinquenta por cento).</p>
	<p>Declara(m), por fim, que tem(têm) ciência de que o não enquadramento nas condições acima resulta na perda do benefício pleiteado e na obrigatoriedade da complementação dos emolumentos e da TFJ, bem como de que inserir declaração falsa em documento público, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar fato juridicamente relevante caracteriza <u>crime de falsidade ideológica previsto no art. 299 do Código Penal</u>, cuja pena são 1 (um) a 5 (cinco) anos de reclusão e multa, sem prejuízo das demais sanções civis.</p>
	<p>Declara, ainda, com fundamento no art. 10, §3º, I da Lei Estadual 15.424/2004 e no art. 135, em especial seu §1º, II do Provimento Conjunto 93/2020/CGJ/TJMG (Código de Normas dos Serviços Notariais e Registros do Estado de Minas Gerais), <u>sob as penas da lei</u>, para fins exclusivos do registro solicitado, que o(s) imóvel(is) possui(em) o(s) seguinte(s) valor(es) real(is) ou de mercado:          Matrícula _____: Valor de R\$ _____ atribuído ao percentual de _____ % do imóvel;</p>
Opção	Requerimentos
	<p>Requer e autoriza, ainda, todas as demais averbações julgadas necessárias, de inclusão, retificação ou atualização de dados, de natureza objetiva (referentes ao imóvel) ou subjetiva (referentes aos proprietários), nas matrículas acima ou em quaisquer outras e a abertura de matrícula.</p>

Nos termos do §2º do Artigo 4º do Provimento nº 61/2017 do CNJ, **declaro** desconhecer as informações omitidas acima.

Caeté, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
(reconhecer firma ou assinar no balcão da serventia na presença de um escrevente)

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
(reconhecer firma ou assinar no balcão da serventia na presença de um escrevente)